

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SHEYLA FARIAS SILVA

**NAS TEIAS DA FORTUNA: HOMENS DE NEGÓCIO NA
ESTÂNCIA OITOCENTISTA (1820-1888)**

SALVADOR
2005

SHEYLA FARIAS SILVA

**NAS TEIAS DA FORTUNA: HOMENS DE NEGÓCIO NA
ESTÂNCIA OITOCENTISTA (1820-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de mestre em História Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria José Rapassi Mascarenhas

SALVADOR
2005

SHEYLA FARIAS SILVA

**NAS TEIAS DA FORTUNA: HOMENS DE NEGÓCIO NA ESTÂNCIA
OITOCENTISTA (1820-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social, à comissão julgadora da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria José Rapassi Mascarenhas
Universidade Federal da Bahia

Prof^a Dr^a Lina Maria Brandão Aras
Universidade Federal da Bahia

Prof^o Dr^o Josué Modesto dos Passos Subrinho
Universidade Federal de Sergipe

Aos meus pais, Erinaldo e Terezinha, pelo amor, carinho e dedicação durante todos estes anos, e pelo incentivo e formação que me tornaram a construção social que sou.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses anos de trabalho, o incentivo e apoio diferenciado de muitas pessoas foram fundamentais. Eis o momento de apelar para a memória e registrar o meu carinho e reconhecimento por terem sido de suma importância para o meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

A minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria José Rapassi Mascarenhas, pelos momentos de aprendizagem, demonstrando-se sempre solícita, atenciosa e compreensiva.

As Professoras Dr^a Avanete Pereira Sousa e Lina Aras pelas sugestões apresentadas no exame de qualificação.

Aos Professores do Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia.

Ao Professor Dr^o Josué Modesto pelo seu incentivo e confiança contínua.

Ao Professor Dr^o Lélío Oliveira que gentilmente disponibilizou de sua tese.

A Capes pela concessão de uma bolsa de estudos, essencial ao suporte no primeiro ano de pesquisa.

Ao mestre-amigo Lourival Santana, pelo carinho dedicado nos anos de graduação, pelas indicações de leituras, pelas orientações e empréstimos de livros.

Ao Professor Mário Resende, pelo incentivo, companheirismo, amizade, comentários, leitura cuidadosa deste trabalho e principalmente pelo estímulo durante o período de redação.

Aos funcionários do Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe, o meu muito obrigada pelo profissionalismo, competência e carinho com que me acolheram nesse instituto de pesquisa.

A Marina sempre gentil, otimista e atenciosa.

A Joceneide Cunha pelo seu incentivo.

Aos meus pequenos: Jenilton, Marcos e Frankly, pela amizade, sugestões, conversas, cobranças, enfim foram mais que amigos.

A Creuza Mascarenhas pela sua hospitalidade, a minha gratidão.

Aos amigos Suzana, Vera, Jacira, Matheus, Marcos Vinicius, Patrícia Verônica que tornaram minha estada em Salvador menos solitária.

Aos colegas da turma de 2003, Sharyse, Marivaldo, Chico, Márcia, Patrícia Sena, Nilson, Luciana, Bianca, Douglas, Danilo, Alessandra, Cristina, Mônica e Lucas, pelo companheirismo.

Aos meus irmãos, Cledson e Clécia, pela paciência, compreensão, auxílio e carinho.

A professora Maria dos Prazeres Tavares pela cuidadosa leitura e correção gramatical e a Hunaldo Lima pela confecção dos mapas.

A todos que não hesitaram em torcer por mais uma realização pessoal.

“A forma de organização era, em todos os aspectos, capitalista; as atividades do empreendedor tinham um caráter puramente comercial; o uso do capital investido no negócio era indispensável, e finalmente, o aspecto objetivo do processo econômico, a contabilidade, era reacional. Mas se considerarmos o espírito que animava o empresário, tratava-se de um negócio tradicionalista: tradicional o modo de vida, tradicional a margem de lucro, tradicional a quantidade de trabalho, tradicional a quantidade de trabalho, tradicional o modo de regular as relações com o trabalho e essencialmente tradicional círculo de clientes e modo de atrair novos. Tudo isso dominava a conduta do negócio e, diríamos, estava na base do *ethos* desse grupo de homens de negócio.”

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Claret, 2001, p. 56. (Coleção a Obra-prima de cada autor)

RESUMO

A historiografia econômica brasileira, por muito tempo delegava aos senhores de terra e de escravos a posse de riqueza e aos portugueses o monopólio nas atividades comerciais. Esta pesquisa vem demonstrar que não apenas na agroexportação residia a riqueza, assim como não estava concentrada somente nas mãos de senhores de engenhos e negociantes estrangeiros, estando distribuída entre outras categorias sociais, como a dos negociantes residentes no Brasil e profissionais liberais. Ao estudarmos a vida material dos negociantes estabelecidos em Estância no período de 1820 -1888, percebemos o caráter mercantil e dinâmico desta cidade, evidenciado pela composição das fortunas, em maior parcela formada por dívidas ativas, contraídas pelo intercâmbio comercial, via abastecimento, empréstimos e pelas transações comerciais com negociantes de outras localidades sergipanas, bem como outras Províncias, a exemplo da Bahia. Ainda de acordo com a posse de bens, verificamos que alguns negociantes tinham uma extensa rede de crédito, originados pelas compras efetuadas a prazo em suas lojas ou por empréstimos concedidos. Ao considerarmos o ato de emprestar, mesmo que pequenas quantias, uma oportunidade de expandir sua influência, na medida em que para esta sociedade o capital usurário promovia prestígio e poder. Constatamos ainda, que um pequeno grupo que controlava alguns setores chaves da economia local, como o crédito e o abastecimento.

Palavras-chaves: Riqueza - negociantes – bens

ABSTRACT

The Brazilian economic historiography, during a long time, attributed to the land and slave owners the possession of wealth, and to the Portuguese the monopoly of commercial activities. This research demonstrates that the wealth was not only derived from agricultural exportation and was not only concentrated in the hands of sugar mills owners and foreign businessmen, but distributed among other social categories such as the foreign businessmen living in Brazil, the Brazilian businessmen, and liberal professions holders. By studying the material life of businessmen established in Estância between 1820 and 1888, we perceive the mercantile and dynamic character of this city which was evidenced by the composition of the wealth of that time. It was formed mainly by active debts, incurred from commercial exchange of supplies, by loans and commercial transactions with businessmen from other locations in Sergipe, and from other Provinces such as Bahia.

With respect yet to the ownership of goods, we verify that some businessmen used to have an extensive array of credit, derived from purchases on credit or from granted loans. When we consider that the act of lending, even small sums, was an opportunity for extending one's influence as for that society usury promoted prestige and power, we ascertain still, that a small group of persons used to control some key sectors of the local economy, such as those of credit and supplies.

Key words: wealth, businessmen, goods

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Categorias Sócio-econômicas dos Votantes (1820-1888).....	49
Quadro 2.1 – Distribuição da Propriedade escrava (1820-1888).....	65
Quadro 2.2 – Distribuição dos Escravos segundo os sexos (1820-1888).....	67
Quadro 2.3 – Distribuição dos Escravos segundo faixas etárias e preços médios (1820-1849).....	69
Quadro 2.4 – Distribuição dos Escravos segundo faixas etárias e preços médios (1850-1888).....	71
Quadro 2.5 – Abrangência da Propriedade Escrava (1820-1888).....	73
Quadro 2.6 – Participação das Dívidas na Composição das Fortunas (1820-1888).....	80
Quadro 2.7 – Composição da Riqueza dos Negociantes (1820-1888).....	86
Quadro 2.8 – Classificação das Fortunas Mercantis (em contos de réis) (1820-1888)...	89
Quadro 2.9 – Distribuição dos Valores da Riqueza (%) Inventariada (1820-1888).....	96
Quadro 2.10 – Composição das Maiores Fortunas (%) Mercantis (1820-1888).....	98
Quadro 2.11 - Composição Decenal da Riqueza (%) (1820-1888).....	99
Quadro 3.1 - Ações e depósitos bancários entre Negociantes da Praça de Estância (1820-1888).....	107
Quadro 3.2 - Dinheiro entre Negociantes da Praça de Estância (1820-1888).....	110
Quadro 3.3 - Proporção das dívidas de comerciantes (1820-1888).....	115
Quadro 3.4 - Maiores credores em valores emprestados (1820-1888).....	127
Quadro 3.5 - Maiores credores em abrangência (1820-1888).....	129
Quadro 3.6 - Lista de mercadorias compradas por João Luís Correia à firma Pinto & Rodrigues (1820-1888).....	134
Quadro 3.7 - Negociantes de Grosso Trato (1820-1888).....	136
Quadro 3.8 - Elite da Praça Estância (1820-1888).....	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Abrangência dos bens entre os negociantes (%) (1820-1888).....	63
Gráfico 2.2 – Distribuição de Semoventes entre negociantes (1820-1888).....	78
Gráfico 2.3 – Composição da Riqueza Segundo Sexo (1820-1888).....	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Zona da Mata-Sul.....	17
Figura 2 – Hidrografia de Estância.....	45
Figura 3 – Intercâmbio de mercadorias e créditos.....	125
Figura 4 – Centro comercial de Estância (1820-1888).....	138

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Negociantes e firmas baianas que mantiveram contatos com negociantes estancianos (1820-1888).....	158
Apêndice B – Mercadorias arroladas nos inventários <i>post-mortem</i> dos negociantes estancianos (1820-1888).....	161

LISTA DE ABREVIATURAS

- AGJES – Arquivo Geral do Poder Judiciário de Sergipe.
- APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe.
- APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia.
- PDPH – Programa de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – HOMENS E NEGÓCIOS NA ECONOMIA ESTANCIANA.....	24
1.1 Economia Escravista-Mercantil.....	24
1.2 Sergipe na Economia Escravista-Mercantil.....	38
1.3 O florescimento de Estância, a Princesa do Piauitinga	44
1.4 Homens de negócio no Brasil Oitocentista.....	51
CAPÍTULO II – A RIQUEZA DOS NEGOCIANTES ESTANCIANOS.....	61
2.1 Composição das fortunas.....	61
2.1.1 Bens escravos.....	64
2.1.2 Bens de raiz.....	74
2.1.3 Semoventes.....	77
2.1.4 Dívidas ativas.....	79
2.1.5 Dinheiro.....	82
2.1.6 Bens móveis.....	83
2.1.7 Fazendas.....	84
2.2 Estratificação das fortunas.....	89
CAPÍTULO III – NAS TEIAS DO CRÉDITO.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	150
APÊNDICES.....	158

INTRODUÇÃO

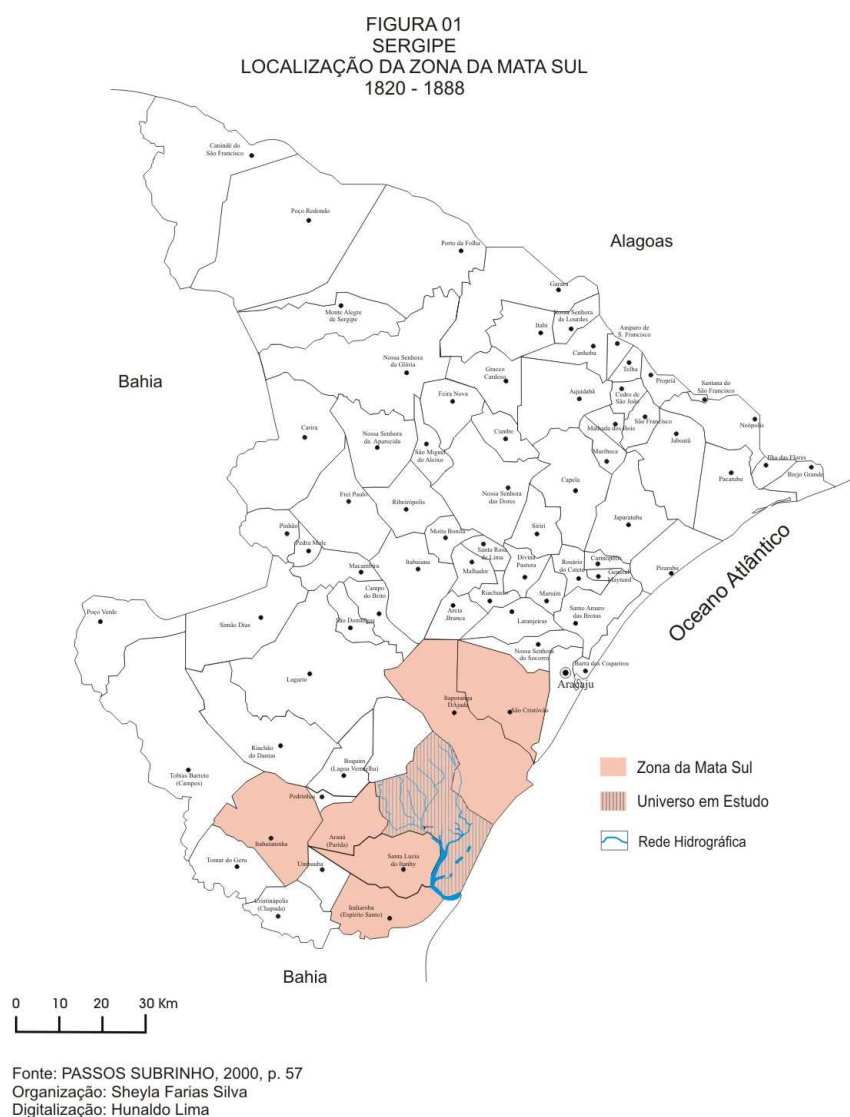
O cenário do Brasil oitocentista foi marcado por intensas transformações. Dentre as mais significativas destacaram-se a independência política (1822) e sua afirmação enquanto nação; a Lei de Terras (1850) que regulamentou o acesso a terra; o declínio da sociedade escravista devido às pressões internacionais para a abolição do trabalho escravo, movimentos abolicionistas, resistência escrava, entre outros, que tem em meados deste século seu primeiro enclave – a Lei Eusébio de Queiroz (1850) que proibiu o tráfico internacional de escravos e culminou com a Lei Áurea (1888) que deu fim ao trabalho compulsório no Brasil, uma economia açucareira em crise no Norte, motivada fortemente pela concorrência internacional, a consolidação de um novo produto agrícola - o café - e a Proclamação da República (1889).

Foi justamente no oitocentos,¹ considerado um século de intensas transformações, que Sergipe se integrou ao comércio internacional via exportação do açúcar. Acredita-se que o cultivo da cana em Sergipe tenha sido resultado da expansão da lavoura açucareira do recôncavo baiano, no final do século XVIII, sendo financiado pelas casas comerciais baianas. Foi graças a esses empréstimos que os lavradores e pecuaristas tornaram-se senhores de engenhos e de escravos, possibilitando, assim, a aquisição da mão-de-obra escrava, animais, utensílios, maquinarias, bem como a construção dos engenhos.²

¹ Na definição de Kátia Mattoso (1978:2) “*é um século apaixonante onde a vida palpita em vibrações de ritmo, um século de verdadeira criação de uma sociedade, graças ao progresso demográfico, ao aumento e depois cessação do tráfico de escravos, aos progressos de todas as técnicas agrícolas, industriais, comerciais, às mutações da vida econômica*”.

² PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987, p. 23.

Nesse contexto, Estância,³ localizada na zona da Mata Sul de Sergipe, construiu sua riqueza. De uma economia pautada na criação de gado e cultivo de produtos para a subsistência, tornou-se em meados do século XVIII, o maior núcleo urbano da região sul, como também um grande centro açucareiro, comercial e financeiro, baseado no trabalho escravo, conquistando certa autonomia econômica frente a capital administrativa da Província.



³ Banhada pelos dos rios navegáveis Piauí e Piauitinga, que formam a Barra do Rio Real, ancora o segundo mais navegável porto da Província no século XIX, favorecendo assim a circulação de mercadorias. FREIRE, Laudelino. *Quadro Coreográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H.Garnier Irmãos. 1896, p.29.

Ao tentar explicar o comportamento econômico do Brasil escravista, a historiografia econômica brasileira,⁴ por vezes, considerou que a monocultura, a grande propriedade, a mão-de-obra escrava e o caráter exportador de produtos tropicais de grande valor comercial seriam os responsáveis pela constituição de fortunas, relegando a participação de outras atividades.

Destarte, a economia colonial estava estruturada na agricultura de exportação e no monopólio metropolitano do comércio que dificultava o desenvolvimento de um mercado interno, bem como de outras formas de acumulação endógena, mostrando-se subordinada às flutuações do mercado internacional, o que culminaria em uma nítida dependência da metrópole.

Por essa razão, atribuiu-se, então, à economia de subsistência um papel secundário, por ser um apêndice da economia mercantil, na medida em que possuía baixa produtividade e rentabilidade, visto que era voltada para o mercado interno e era típica das pequenas explorações, tendo participação ínfima da mão-de-obra escrava.

Conclui-se, então, segundo esse modelo explicativo, que a economia agroexportadora era a base da riqueza colonial e os senhores de terra e de escravos, bem como os negociantes sediados em Portugal eram os principais detentores da riqueza produzida na colônia, enquanto os outros agentes da colônia estavam subordinados à *plantation*, vivendo da produção de subsistência.⁵

Sergipe, tributário dessa estrutura colonial que se prolongou durante o século XIX, segundo a historiografia sergipana, estava inserido na economia brasileira dos oitocentos como dependente da economia baiana, assumindo o papel de produtor de gêneros alimentícios que abasteciam o mercado baiano, recebendo deste os investimentos, via empréstimos das firmas exportadoras de açúcar, necessários para a montagem dos primeiros engenhos, ao tempo que

⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*; FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*; NOVAIS, Fernando. *A Estrutura e Dinâmica de Antigo Sistema Colonial*.

⁵ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1967, p.289.

assumia o compromisso de vendê-lo com vantagens financeiras ao mercado baiano. Desse modo, o capital gerado em Sergipe era transferido para as firmas exportadoras de açúcar sediadas na Bahia e os parques capitais que permaneciam no interior da economia sergipana estavam concentrados nas mãos das ordens religiosas, firmas exportadoras estrangeiras com filiais em Sergipe e grandes senhores de engenho, omitindo a participação de outros agentes.⁶

Todavia, estudos historiográficos recentes demonstram, a partir de análises documentais, a importância da economia de subsistência, do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos para a acumulação de um capital interno, que por vezes financiou a grande lavoura agroexportadora.⁷

As novas interpretações históricas⁸ ampliaram a participação do capital mercantil na constituição da riqueza do Brasil nas últimas décadas do período colonial e durante o Império; comprovaram a existência de um mercado interno, movimentado pelas compras efetuadas pela *plantation*, pelos setores urbanos e por outros setores da sociedade. Tal dinâmica econômica possibilitou ainda, a participação de outros agentes que não faziam parte da *plantation* e que tampouco a ela estavam subordinados, mas ligados à atividades de produção e comercialização de gêneros alimentícios.⁹

Contra-pondo-se à visão da historiografia da Escola Paulista¹⁰ que delegava aos senhores de terra e de escravos a posse de riqueza e aos portugueses o monopólio nas atividades comerciais, esta pesquisa vem demonstrar que não apenas na agroexportação residia a riqueza,

⁶ ALMEIDA, M. G. S. *Nordeste Açucareiro: Desafios num processo de vir-a-ser capitalista*. Aracaju: UFS/ SEPLAN/ BANESE, 1993, p. 296.

⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.24.

⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*; FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*; MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808 e outros*.

⁹ COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-Miúda: Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992. p.105.

¹⁰ Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Novais.

assim como não estava concentrada somente nas mãos de senhores de engenhos e negociantes estrangeiros, estando distribuída entre outras categorias sociais, como a dos negociantes residentes no Brasil e profissionais liberais. Para isso, pesquisamos a vida material dos negociantes inventariados na cidade de Estância, grande centro econômico da região sul da Província de Sergipe.

A época perquirida é justificada pelo fato de que em 1820 ocorreu a primeira tentativa de emancipação política da Capitania de Sergipe Del Rey, consolidada em 1822,¹¹ contudo, não correspondeu à independência econômica, continuando dependente da economia baiana; e 1888 data que assinala a abolição do trabalho compulsório no Brasil, promovendo conseqüentemente, uma ruptura na estrutura socioeconômica escravista-mercantil.

Por meio dos inventários *post-mortem* – excelentes fontes cartorárias, que revelam uma idéia aproximada da realidade material e do cotidiano dos homens –, identificamos a partir do arrolamento de mercadorias, os negociantes residentes em Estância no período proposto, bem como, analisamos a composição de seus bens, a fim de demonstrarmos a participação do capital mercantil na construção de fortunas.

Para auxiliar a identificação dos negociantes estancianos, consultamos as listas de qualificação de votantes e eleitores da cidade de Estância - documento que revela a profissão dos votantes, vale salientar que só eram classificados como votantes e eleitores pessoas do sexo masculino.

Nas outras fontes utilizadas - Ações de Créditos e Ações de Cobrança (cobranças judiciais de dívidas), Assignações de Dez Dias¹² e Execução Comercial (execução das cobranças judiciais), buscamos estabelecer as relações comerciais dos negociantes, isto é, onde, a quem e de

¹¹ FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 233.

¹² Cobrança judicial que determinava o pagamento das dívidas no prazo de até dez dias.

que forma compravam e vendiam suas mercadorias, como também distinguimos os negociantes atacadistas e varejistas, além de identificarmos os agentes financiadores. Já nas Ações de Embargo e nos Salvados Marítimos,¹³ assim como nos jornais, identificamos os gêneros comercializados e seu mercado consumidor.

Nos registros do Tribunal do Comércio da Bahia, encontramos a matrícula de alguns negociantes estancianos, o que demonstra a sua atuação na Praça da Cidade da Bahia. A partir destes registros, assim como das ações de crédito, discutimos as relações comerciais estabelecidas entre os negociantes estancianos e firmas baianas.

Ao admitirmos a importância do capital mercantil estanciano na construção da riqueza de Sergipe, comprovada pelo forte sistema de crédito que financiou tanto as atividades ligadas a agroexportação quanto ao abastecimento interno em várias partes da Província e organizado comércio de abastecimento, liderado pelas grandes casas comerciais, procedemos à análise da composição das fortunas mercantis estancianas e sua relação com a economia escravista-mercantil. Desse modo, identificamos os agentes que praticavam atividades comerciais, os papéis que exerciam, os agentes financiadores, os gêneros comercializados e seu mercado consumidor. Além de avaliarmos as formas de financiamento, a dinâmica do comércio local e sua relação com outras partes da Província e com a Bahia. Desse modo, nossa análise está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo “**Homens e Negócios na economia estanciana**”, elaboramos um esboço da economia da Província de Sergipe, sobretudo de Estância, levando em consideração os modelos explicativos da economia escravista-mercantil, situando-as no conjunto da economia brasileira do século XIX. Ao dispormos da bibliografia nacional e local, bem como

¹³ Documentação que descreve as mercadorias que entraram e saíram através dos portos estancianos.

os jornais e relatos de viajantes, construímos o cenário mercantil e o perfil dos homens de negócio da cidade de Estância.

No segundo capítulo, intitulado “**A Riqueza dos negociantes estancianos**”, utilizando os inventários *post-mortem* dos moradores da Comarca de Estância, caracterizamos a composição das fortunas mercantis, observando como os homens e mulheres de Estância investiram o capital acumulado na posse de bens.

Assim, traçamos o perfil da propriedade escrava entre os negociantes; quais eram os bens de raiz preferidos, onde estavam situados - se na área urbana ou rural, se eram detentores de engenhos e em que local comercializavam suas mercadorias; como era composta a mobília destes negociantes e seu valor para esta sociedade e quais suas ferramentas de trabalho. Quanto aos animais, analisamos a quantidade, o tipo e a utilização; no que se refere à posse de dinheiro, tratamos dos tipos e justificamos sua escassez entre os inventariados; quanto às mercadorias, além da sua abrangência entre os negociantes, foram destacados os principais produtos arrolados nos inventários e no que concerne a participação das dívidas ativas, identificamos nos maiores credores em valor emprestado, como também em pessoas atingidas e como estava organizado geograficamente o sistema de crédito.

Ainda neste capítulo, estratificamos as fortunas dos negociantes estancianos em oito categorias por monte-mór, a fim de delinear seus perfis socioeconômicos, assim como, demonstramos a distribuição da fortuna em bens de acordo com cada categoria, além de analisarmos as mudanças nas composições das fortunas ao longo das décadas estudadas.

Em **Nas Teias do Crédito**, discutimos como a escassez monetária favoreceu a proliferação de um organizado sistema de crédito na cidade de Estância, pautado nos empréstimos pessoais concedidos por grandes negociantes, que tinham no capital usurário sua principal fonte de riqueza. Esses créditos, por sua vez, não estavam restritos geograficamente aos

limites da cidade, sendo encontrados registros em outras cidades da província, bem como em cidades baianas.

Com base em informações contidas nos inventários *post-mortem*, nos salvados marítimos e nas ações judiciais identificamos quais eram as mercadorias que circulavam no mercado estanciano, as práticas comerciais, as formas de pagamento aceitas nesta praça e onde estavam fixados os estabelecimentos comerciais. Analisamos também como a posse de determinados bens, a exemplo do crédito, possibilitava o acesso ao prestígio e a formação de uma elite mercantil.

Esta pesquisa vem, portanto, contribuir consideravelmente para a história econômica e social do Brasil oitocentista, em particular de Sergipe, na medida em que rever considerações discutidas pelos modelos explicativos da economia escravista-mercantil e sua aplicabilidade em outras regiões agroexportadoras, a exemplo de Estância, além de analisar tanto o comércio como a construção e composição de fortunas mercantis em Estância.

CAPÍTULO I

HOMENS E NEGÓCIOS NA ECONOMIA ESTANCIANA

1.1- Economia Escravista-Mercantil

A busca por modelos teóricos que explicassem a estrutura e a dinâmica da economia escravista-mercantil dominante no Brasil durante a época colonial e o século XIX, culminou com a publicação da célebre obra “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942) de Caio Prado Júnior, que rompeu com a idéia de ciclos, pela qual cada época correspondia a um determinado produto de exportação. Essa obra inaugurou a escola do “sentido da colonização”, também conhecida como Historiografia Clássica, por investigar os fundamentos da nossa economia.

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um sentido. Quem observa (...) não deixará de perceber que se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa e dirigida sempre numa determinada orientação.¹⁴

De acordo com essa linha interpretativa, o Brasil inseriu-se na economia mundial ligado à expansão comercial européia da Época Moderna, momento em que essas economias iniciaram o processo de acumulação primitiva do capital, sendo que o sentido da colonização estaria em a colônia fornecer gêneros tropicais de grande valor comercial para a metrópole. Assim, a grande unidade produtiva de gêneros tropicais, entendida como a grande exploração agrária, foi considerada geradora de riqueza, financiada pelo capital metropolitano e formada por três pilares: monocultura, grande propriedade e mão-de-obra escrava. Segundo Caio Prado

¹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. p.7.

Júnior, “*é neste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema da riqueza que caracteriza a economia colonial*”.¹⁵

Como as grandes extensões agrícolas estavam destinadas a produzir para o mercado externo, foram então reservadas apenas pequenas áreas dentro destas propriedades para a produção de gêneros alimentícios que seriam consumidos pela própria unidade agrária, tornando as *plantations* auto-suficientes, no que concerne à alimentação básica.¹⁶ Desse modo, a economia de subsistência seria voltada para atender “*o consumo local naquilo que não se importa da metrópole, no qual cabe a pequena propriedade e o trabalho independente*”.¹⁷ Essa atividade tinha um papel secundário no conjunto da economia colonial, por ser um apêndice da economia mercantil, na medida que possuía baixa produtividade e rentabilidade, não atraindo investimentos metropolitanos, visto que era voltada para o incipiente e imediato mercado interno, típico das pequenas plantações, utilizando uma participação ínfima da mão-de-obra escrava.

A política econômica colonial consistiu em direcionar as atividades econômicas para os setores da produção de gêneros tropicais agrícolas e da extração de metais preciosos que ao serem vendidos no mercado externo exclusivamente pela metrópole ou por seus outorgados, gerariam um excedente que se transformaria em lucros apropriados pelas burguesias européias, destinados à acumulação capitalista. Por sua vez, a colônia seria o mercado consumidor dos produtos metropolitanos.¹⁸

¹⁵ Ibidem, p. 122.

¹⁶ Ibidem, p. 158.

¹⁷ NOVAIS, Fernando. *A Estrutura e Dinâmica de Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ªed. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 106.

¹⁸ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 39.

O regime do comércio colonial – isto é, o exclusivismo metropolitano no comércio colonial – constituiu-se ao longo dos séculos apropriação por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais: assim, pois, o sistema colonial em funcionamento, configurava uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu.¹⁹

Portanto, a economia colonial fora montada em meio à acumulação primitiva de capital na Europa, estruturada na agricultura de exportação e no monopólio metropolitano sobre o comércio de mercadorias produzidas na colônia, com objetivo de fornecer excedentes para suas economias. Por isso, a economia colonial apresentava-se subordinada às flutuações do mercado internacional, estando desprovida de ritmos próprios, o que culminaria em uma nítida dependência da metrópole, na restrita formação de um mercado interno e de acumulações endógenas.²⁰

Além da grande exploração agrária, outro pilar da economia colonial que contribuiu imensamente para acumulação de capitais pela metrópole foi o tráfico negreiro, na medida que forneceu a *plantation* uma mão-de-obra de baixo custo e de fácil reposição, o que minimizava os custos com a produção e conseqüentemente maximizava os lucros, bem como favoreceu o enriquecimento da burguesia metropolitana que controlava o comércio transatlântico de cativos.²¹

Nesta perspectiva, o grande comércio colonial estava dominado por comerciantes residentes em Portugal, inexistindo na América Portuguesa uma classe comercial importante, sendo a única classe de expressão a dos senhores agrícolas.²²

¹⁹ NOVAIS, Fernando. *A Estrutura e Dinâmica de Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ªed. São Paulo: Hucitec, 1995, p.92.

²⁰ Por acumulação endógena Fragoso considera a retenção do trabalho excedente no interior da economia colonial. FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p 26.

²¹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 40.

²² FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1967, p. 100.

O comércio é privilégio dos reinóis, os nascidos no Reino. Os naturais da colônia encontram aí as portas fechadas, não por determinações legais ou preconceitos de qualquer natureza, mas por um uso estabelecido de longa data, e ciosamente guardado pelos primeiros instalados, justamente os reinóis, que por convenção tácita, mas rigorosa, conservam para si e seus patrícios um monopólio de fato.²³

Ao considerar que o excedente produzido pelas atividades econômicas na colônia permanecia nas mãos dos metropolitanos, os autores citados anteriormente defendiam que a atividade mercantil era exercida exclusivamente por portugueses, mesmo que não houvesse oficialmente proibições para o exercício desta atividade por naturais da colônia.

Para Caio Prado essa rejeição aos naturais da colônia, era justificada pelo receio que estes se tornassem donos de lojas, grandes financistas ou mesmo mantivessem relações diretas com o mercado externo, assim enfraquecendo a política metropolitana. Desse modo, os coloniais eram impedidos de exercer quaisquer funções em casas comerciais, até mesmo como caixeiros. Tal postura foi responsável por querelas entre os portugueses e os naturais da colônia, entre elas a Revolta dos Mascates, em Pernambuco (1710) e a Revolta de Beckmam, no Maranhão (1684).²⁴

Em suma, para os adeptos da Escola Paulista, a economia agroexportadora constituía uma das principais bases da riqueza metropolitana, visto que o seu sentido era fornecer produtos tropicais para a metrópole que se apropriava do excedente, retirando da colônia a maior parcela do capital gerado, o que dificultava a acumulações endógenas.²⁵

Esse modelo explicativo começou a ser contestado em parte a partir da década de 70, sendo as primeiras críticas formuladas por Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, que defendiam a existência de um modo de produção escravista colonial. Para Ciro Cardoso, havia dois sistemas agrários, um dominante e voltado para a exportação de produtos tropicais altamente

²³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. p. 287.

²⁴ *Ibidem*, p. 301.

²⁵ *Ibidem*, p.122.

valorizados no mercado europeu e outro camponês, voltado para o mercado interno que também era exercido pelos escravos. Esse modo de produção teria sua lógica associada ao capital mercantil, em que as forças produtivas teriam um baixo nível, devido ao extensivo uso dos recursos naturais e da mão-de-obra e sua rentabilidade dependeria da redução dos custos de produção, buscando a auto-suficiência. Entretanto, Gorender acrescenta que com o escravismo, fundamento da existência deste modo de produção específico, o mercado interno não seria compatível com a produção mercantil.

Esses dois autores criticavam a ênfase dada à transferência de excedente colonial para a metrópole, suscitando a possibilidade de acumulação endógena na colônia como resultado da atividade agrícola ou comercial. Contudo, não rompem totalmente com o modelo comentado anteriormente, na medida em que incorporam o elemento essencial da dependência da colônia frente às flutuações internacionais.²⁶

Em seu estudo sobre a inserção do Brasil no mundo capitalista, João Manuel Cardoso de Melo, discorda do modelo explicativo de Ciro Cardoso, aproximando-se das explicações de Caio Prado, ao considerar que a economia colonial era desprovida de uma lógica própria e que o Brasil só passou a controlar seu excedente econômico com o fim do exclusivismo colonial, ou seja, com a efetiva independência política (1822), entretanto as bases econômicas desta jovem nação permaneceram idênticas as do período colonial.²⁷

Mesmo não rompendo com as premissas clássicas, Jobson Arruda, ao estudar o comércio colonial, considerou que os negociantes residentes no Brasil constituíam um grupo

²⁶ FRAGOSO, João R., FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – C. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 20.

²⁷ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 39.

relativamente autônomo desde os tempos coloniais, pois mantinham um intenso e periódico comércio de cabotagem com a África, com a Bacia do Prata e com o Reino de Portugal.²⁸

Destarte, a partir da década de 90, com a proliferação da pesquisa histórica vinculada aos programas de pós-graduação e com o incentivo das agências de pesquisa, tornou-se possível à consulta de novas fontes que possibilitaram a revisão de velhas premissas quase cristalizadas pela historiografia econômica brasileira, bem como a descoberta de novos temas e abordagens. Estes estudos historiográficos demonstram, a partir de análises documentais, a importância da economia de subsistência - que contava inclusive com a utilização de ampliado número de escravos,²⁹ do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos para a acumulação de um capital interno, que por vezes financiou a grande lavoura agroexportadora³⁰ e que a metrópole não tinha controle absoluto sobre as transações comerciais efetuadas pela colônia,³¹ o que possibilitou o acúmulo de capitais no Brasil.

Um dos estudos que procurou inovar sobre essas discussões foi *Homens de Grossa Aventura*, que tratou sobre os comerciantes estabelecidos no Rio de Janeiro entre os anos de 1790 a 1830. Nesta obra, João Fragoso admite a existência de uma economia colonial baseada na produção de gêneros tropicais de larga escala destinados ao mercado externo, bem como na utilização da mão-de-obra escrava. Porém contesta a tese de que todo excedente produzido pela colônia era remetido para a metrópole e que as condições coloniais impossibilitavam a acumulação de capitais internos.³²

²⁸ ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 158.

²⁹ BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³⁰ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.24.

³¹ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³² FRAGOSO João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p 35.

Fragoso admitiu a existência de uma formação econômica e social no espaço colonial, resultante da interação do escravismo com outras formas de produção não-capitalistas – um escravismo ligado ao abastecimento interno, a unidade camponesa, uma produção fundada no trabalho livre não-assalariado, bem como a presença de um organizado mercado interno, impulsionado pelo intenso comércio de charque, farinha e produtos voltados para o abastecimento das áreas urbanas, bem como das unidades das *plantations*, considerada pelos adeptos da Escola Paulista como auto-suficiente.

Desse modo, a economia colonial não estava tão volátil as flutuações externas, sendo movidas por estruturas internas e seria no mercado interno “*locus onde se dariam as acumulações endógenas e a reprodução do capital destinado a agroexportação*”.³³

Considerou ainda, que a economia colonial possibilitou o surgimento de fissuras que tiveram no comércio colonial seu grande contribuinte, na medida em que havia entre os negociantes metropolitanos uma disputa de interesses pelas rotas do Cabo, bem como contava com a presença de estrangeiros nesses negócios, a fim de realizar o transporte e distribuição das mercadorias. Esses fatores fizeram com que Portugal não tivesse o absoluto controle sobre essas transações comerciais que aliado ao frágil sistema fiscal permitiram o contrabando e a maior participação de agentes ligados aos interesses da colônia.

As brechas deixadas pela fragilidade da estrutura econômica portuguesa favoreceram ainda, a implantação de uma produção mercantil de alimentos na colônia, assim como a formação de um grupo de mercadores residentes que passaram a reter na colônia o excedente produzido, permitindo desse modo acumulações internas.

Outro setor que possibilitou a retenção de capitais na colônia foi o tráfico negreiro, na medida que se utilizando das brechas da política colonial portuguesa, os comerciantes coloniais

³³ Ibidem, p 27.

estabeleceram contato direto com os fornecedores africanos, onde “*as caixas de açúcar se permutam por africanos*” e transformaram esse vantajoso comércio em bilateral.³⁴

O movimento de homens cativos entre as colônias do Atlântico-Sul (Brasil e possessões na África) fez estreitar as relações de troca de mercadorias entre elas, que não ficou restrita ao açúcar. A cachaça brasileira, mesmo sofrendo a concorrência do vinho e da aguardente européia, conquistou as feiras africanas, o que proporcionou vantajosos lucros aos senhores de engenho. Assim, o lucro gerado pelo comércio entre os dois continentes produziu um excedente colonial que se transformou em capital residente a ser investido na ampliação das forças produtivas ou em bens a serem ostentados.³⁵

Assim, o ritmo da economia colonial não era ditado apenas pela conjuntura internacional, ou seja, a sua reprodução baseava-se também em conjunções internas, o que justifica a elasticidade da agroexportação frente às conjunturas internacionais, observadas nos momentos de queda dos preços internacionais, no qual o Brasil manteve o volume de exportação.

Essa acumulação endógena a partir do mercado interno, possibilitou uma autonomia local frente às vontades metropolitanas, bem como a existência de um capital residente disponível ao crédito. Esse capital interno, nas mãos de um grupo mercantil, proveniente do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos foi capaz de financiar a montagem das unidades agroexportadoras e fomentar atividades mercantis.³⁶

Deste modo, essas novas interpretações históricas³⁷ ampliaram as discussões sobre a participação do capital mercantil na constituição da riqueza do Brasil nos últimos anos do período

³⁴ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 37.

³⁵ *Ibidem*, p. 307.

³⁶ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 23.

³⁷ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*; FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*; MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808 e outros*.

colonial e durante o Império; comprovaram a existência de um mercado interno, movimentado pelas compras efetuadas pela “plantation”, pelos setores urbanos e por outros setores da sociedade. Tal dinâmica econômica possibilitou ainda, a participação de outros agentes que não faziam parte da “plantation” e que tampouco a ela estavam subordinados, mas ligados a atividades de produção e comercialização de gêneros alimentícios.³⁸

Enquanto os outros autores enfatizavam a construção de fortunas ligadas à agroexportação, Fragoso mostrou como o comércio possibilitou o acúmulo de capital nas mãos de pessoas sem muitos recursos financeiros que tiveram a oportunidade de construir pequenas fortunas longe da *plantation* escravista e da dependência senhorial, em especial para os ex-escravos que buscavam autonomia.³⁹ Como é o caso de Emílio, ex-escravo de José Antonio Pereira Barreto, advogado e também negociante da praça de Estância, que auxiliando seu senhor nos negócios, conseguiu construir várias teias de relações mercantis que o possibilitaram comprar sua alforria e sobreviver em liberdade por meio das atividades mercantis. Essa autonomia e sucesso nos negócios logo suscitou querelas entre os negociantes de longa data estabelecidos na praça, inclusive seu ex-senhor que moveu uma ação cível contra o ex-escravo acusando-o de executar atividades fraudulentas no comércio estanciano.⁴⁰

Para Laura Melo e Souza, a estrutura da econômica da *plantation* possibilitou a proliferação de uma massa de desclassificados – homens livres pobres, que desprovidos dos meios de produção (terra e escravos), estavam mais vulneráveis as flutuações e incertezas do da economia colonial, já que não tinham acesso às fontes geradoras de riqueza imediata, assim

³⁸ COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-Miúda*: Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP, 1992. p.105.

³⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 127.

⁴⁰ AGJES – Ação Libelo Cível nº 03 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1863.

recorriam ao comércio como meio de sobrevivência.⁴¹ Para iniciar suas atividades comerciais poderiam contar com empréstimos ou mesmo tentar a sorte como caixeiro de grandes negociantes.

Para os desprovidos de recursos financeiros, tornar-se caixeiro significava além de trabalhar nas casas comerciais auxiliando os negociantes em suas atividades, era vivenciar a prática da arte de negociar, era manter contatos comerciais e a possibilidade, mediante empréstimos, de possuir sua própria loja. Entre os inventariados em Estância no período estudado, foram identificados dois caixeiros, que não conseguiram realizar o sonho de possuir uma casa comercial, apesar desta atividade ter lhes possibilitado a construção de uma modesta fortuna.

Assim, Pedro Ferreira do Nascimento,⁴² iniciou sua jornada no ramo mercantil como caixeiro do negociante Aynarim Pereira Leite, conseguindo acumular uma fortuna de 2:970\$000, distribuída na posse de dois escravos (700\$000), uma casinha situada no centro comercial de Estância (300\$000) e dois sítios (1:400\$000), além de poucos móveis (90\$000), vinte quatro cabeças de gado vacum e dívidas passivas com dois negociantes estancianos totalizando 274\$000.

Desse modo, para compreendermos o funcionamento da economia brasileira no período estudado, baseada nos pilares da “plantation” escravista, se faz mister conceituarmos o tipo de capital que a financiou.

Dada as peculiaridades da nossa economia, produção mercantil que utilizava formas não-capitalistas de sobretrabalho, a exemplo do trabalho camponês e do escravo, optamos pela

⁴¹ MELLO e SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 62.

⁴² AGJES - Inventário n.º 09caixa 72-A Cartório do 2º Ofício de Estância – 1875.

definição de Costa,⁴³ ao considerar o Capital Escravista-Mercantil uma forma específica de capital. Escravista por utilizar o trabalho escravo para a produção de mercadorias tendo em vista a exportação, e mercantil por ter no capital comercial seu financiador para suprimentos agrícolas, fornecimento de mão-de-obra africana e bens de consumo e de produção vindos da Europa.

O Capital Escravista-Mercantil se fez presente nessa economia através de empréstimos, sendo uma das maneiras para que os lusitanos sem recursos para instalar engenhos pudessem alcançar o título de senhor,⁴⁴ na medida em que para esses, migrar para as terras descobertas significava bem mais que passar para o purgatório terrestre; era uma oportunidade de enobrecimento, já que explorar a terra, possuir escravos e participar da produção de açúcar representava ascensão social.⁴⁵

Entretanto, o pagamento das dívidas contraídas junto aos credores portugueses e residentes, aliada a escassez de moedas nas terras tupi retardou, o enriquecimento almejado pelos senhores de engenho. Perante essa escassez monetária, apresentou-se como alternativa a permuta de gêneros agrícolas por créditos, fornecidos pelos comerciantes em forma de mercadorias aos senhores de engenho que seriam saldados com as safras.⁴⁶

Diante desse cenário, algumas mudanças passaram ocorrer gradativamente na economia colonial, em especial, a partir do advento da vinda da família real portuguesa para o Brasil (1808), devido aos conflitos entre a França e a Inglaterra, o Brasil passou a ser a sede

⁴³ PIRES, Júlio Manuel, COSTA, Iraci del Nero. “O capital escravista mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação” In: *Estudos Avançados*. 14 (38), 2000 p.88.

⁴⁴ “O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, o ser servido, obedecido e respeitado por muitos”. (ANTONIL, 1982:24).

⁴⁵ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1988. p.80.

⁴⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 182.

provisória do governo português, iniciando o seu processo emancipatório. Contudo não alteraram sua estrutura escravista-mercantil.⁴⁷

Para adequar a colônia à condição de sede provisória do Império Lusitano foram tomadas algumas medidas que trouxeram mudanças na política econômica colonial e tiveram como principal consequência a quebra do exclusivismo metropolitano na economia brasileira. Entre as principais medidas, temos em 1808 a abertura dos portos do Brasil ao comércio com todas as nações estrangeiras, medida que favoreceu, sobretudo a Inglaterra, que passou a invadir os portos brasileiros com seus produtos.

Em 1810, foi assinado o tratado de comércio com a Inglaterra que reforçava as vantagens desta nação sobre o mercado brasileiro, neste mesmo ano D. João VI – influenciado pelo liberalismo econômico, permitiu o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas, bem como autorizou a comercialização de qualquer mercadoria pelas ruas e casas da colônia, desde que estas tivessem pagado os tributos e finalmente em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino.

Mesmo com a suspensão do alvará que proibia a fabricação de manufaturas na colônia, as incipientes fábricas instaladas no Brasil não foram capazes de concorrer com os produtos ingleses que tiveram livre acesso ao mercado colonial logo após a sanção do Tratado de Aliança e Amizade e o de Comércio e Navegação, assinados entre Portugal e Inglaterra. Deste modo, ao registrar suas memórias, Gilberto Amado percebeu a onipresença dos produtos ingleses na sociedade estanciana, não faltando nas prateleiras das principais casas comerciais estancianas, que anunciavam a venda dos mais finos tecidos franceses, perfumes ingleses, iguarias portuguesas, entre outros. Assim, para Amado:

⁴⁷ ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 346.

O Brasil não produzia um metro de seda, um sapato, um novelo de linha: tudo vinha do estrangeiro. Nos caixões nomes indecifráveis para mim. Calçado só inglês, fazenda de senhora, merinó, gorgorão; chinelos, de trança, cara-de-gato; chales de lã, a seda pesada; a roupa dos homens, no clima tropical, feita de tecido inglês [...] Os nomes estrangeiros tornavam-nos familiares de tanto os vemos em fardos e embalagens. A Rumânia foi um dos países que mais cedo conheci por causa das caixas de querosene. A manteiga era francesa, Brételes-Frères, Le Pelletier, demagny; magnésia de Murray, purgante de Leroy.⁴⁸

Neste contexto, o Brasil abandonou a condição de colônia, garantiu sua integridade territorial e consolidou-se enquanto nação independente, contudo tal transformação não possibilitou o rompimento com o modelo agroexportador escravista e mercantil, perdurando até o final do século XIX.⁴⁹

Segundo Jorge Caldeira, a queda do exclusivismo colonial, processo iniciado em 1808, com a abertura dos portos as nações amigas e consolidada em 1822 com a independência do Brasil, não alterou o ritmo da economia interna, já que o Brasil tinha uma organização própria, não dependente da economia metropolitana.⁵⁰

No entanto, quanto à política econômica internacional, a independência política do Brasil (1822) correspondeu à quebra do exclusivismo metropolitano português, que foi substituído pelo domínio inglês na economia, devido os contratos comerciais estabelecidos com esta nação ao longo do século XIX que lhe garantiram vantajosos lucros.

Sob a tutela inglesa, oficializada com o tratado de 1810, a economia brasileira passou a ser invadida por seus produtos manufaturados. Essa medida favoreceu ao comércio, na medida

⁴⁸ AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p. 28.

⁴⁹ PINTO, Virgínio Noya. “Balanço das transformações econômicas no século XIX”. In: Motta, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 8ª ed. São Paulo: DIFEL, 1977, p. 145.

⁵⁰ CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 322.

em que os comerciantes locais passaram a comprar os produtos ingleses sem maiores tarifas alfandegárias, assim puderam aumentar seus lucros.⁵¹

Luis Felipe de Alencastro observou que com o fim do tráfico internacional de escravos (1850) houve um retorno das divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação, até então reservados para financiar a compra de africanos, o que favoreceu o crescimento na entrada de produtos importados – bens de consumo, semiduráveis, duráveis, supérfluos, jóias etc - destinados aos consumidores endinheirados da corte e das zonas rurais vizinhas.⁵²

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, foram trasladados para a sociedade tupiniquim hábitos europeus, como o uso de fazendas francesas e inglesas – chapelinhos, vestidos, capelas de flores, etc, bem como o uso de bengalas e de tecidos impróprios ao clima tropical. O luxo desmedido serviu como maneira de ostentar a riqueza entre os mais afortunados como registrou Antonio Moniz Souza:

É incalculável o prejuízo que o Brasil tem sofrido com o desenvolvimento do luxo. Eu me compadeço do povo centra; as mulheres, principalmente, consomem dias, e noites empregadas em manufaturas de algodões, bem como fazem delicadas redes e cobertas importantes, fustões finíssimos e outros muitos panos de tecido mui fino e de longa duram de que podiam usar vestidos; e cegas pelo luxo que querem ostentar entregam fielmente.⁵³

⁵¹ Ibidem, p. 330.

⁵² ALENCASTRO, Luís Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 37.

⁵³ SOUZA, Antonio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000, p. 95.

1.2 – Sergipe na Economia Escravista-Mercantil

A conquista do território sergipano por Cristóvão de Barros, no fim do século XVI, deu-se de modo violento, devido aos conflitos entre os povos da terra e os conquistadores. O interesse metropolitano pelas terras Serigis foi motivado pelo latifundiário Garcia D' Ávila, desejoso por expandir sua criação de gado para terras além do Rio Real, sendo a vitória portuguesa consolidada em 1590, com a derrota dos nativos e a fundação da cidade de São Cristóvão, capital de Sergipe até 1855.⁵⁴

Dessa forma, desenvolveu-se o processo colonizador em Sergipe, partindo do sul rumo ao norte, tendo nas margens dos rios Real e Piauí o registro de povoações em 1596 e pedido de terras para povoar, cultivar cana e instalar engenho em 1621.⁵⁵

Segundo Maria da Glória Almeida, a economia sergipana teria florescido apoiada principalmente na criação de gado e na agricultura de subsistência, não acompanhando o ritmo das demais capitanias nordestinas que ergueram suas economias sob a égide da lavoura canavieira,⁵⁶ estando inserida na economia nacional como uma economia dependente da baiana, uma mera expansão deste mercado.⁵⁷

O comércio sergipano abastecia-se exclusivamente na Bahia, “*de onde se importava fazendas de algodão, linho, tecidos de seda, de lona, ferragens, pólvora, escravos*”, que em troca

⁵⁴ FREIRE, Felisbelo. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe. Secretaria de Estado da Cultura/ FUNDEPAN, 1995. p.26.

⁵⁵ *Ibidem*. p.30.

⁵⁶ ALMEIDA, M. G. S. *Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX)*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976. p.483.

⁵⁷ ALMEIDA, M. G. S. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.15.

fornecia caixas de açúcar, algodão, fumo, cereais, couros secos, sola branca, gado, cavalos e porcos.⁵⁸

A dependência econômica de Sergipe para com a Bahia, era reforçada pela ausência de vias férreas e de uma rede de transportes fluviais na capitania que possibilitasse comunicações externas com outras capitanias, sendo o único meio de comunicação a navegação de cabotagem feita para a cidade da Bahia.⁵⁹

As mercadorias chegavam a Sergipe pela navegação de cabotagem, depois de passar por mercados nacionais, particularmente o baiano. A importação direta nunca chegou a se desenvolver. Vindos de passagem por outros portos brasileiros, gêneros estrangeiros comprados passavam a ser revendidos a retalho, caríssimos e de qualidade inferior.⁶⁰

Apesar de Sergipe não possuir condições tão favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar devido aos solos arenosos e aos altos índices pluviométricos registrados no inverno, aspectos que levariam ao apodrecimento das plantas, a ambição pelos “açucarados” lucros criados pela atividade canavieira possibilitou a implantação dessa atividade.

Entretanto, foi na segunda metade do século XVIII que Sergipe deixou de ser apenas uma área subsidiária - fornecedora de alimentos e de animais para o Recôncavo Baiano, principalmente farinha de mandioca, milho, tabaco, algodão, porcos e galinhas⁶¹ - convertendo-se numa área de expansão da agroindústria açucareira baiana,⁶² para onde seguia o açúcar produzido por mais de cem engenhos, já no século XVII.⁶³

⁵⁸ FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 219.

⁵⁹ Ibidem, p. 63.

⁶⁰ ALMEIDA, M. G. S. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.154.

⁶¹ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808*. São Paulo, 1998.(Tese de Doutorado em História Econômica apresentada na USP), p. 96.

⁶² PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: FUNCAJU, 2000, p. 54.

⁶³ BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1790-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 132.

Os últimos anos do setecentos foram para Sergipe de grande prosperidade econômica, o que demonstrou o seu potencial, por vezes ofuscado pela dependência da cidade da Bahia.⁶⁴ A integração de Sergipe ao mercado colonial foi marcada pela expansão da lavoura canavieira, evidenciado pela ampliação do número de engenhos, aumento da produção de aguardente pelos alambiques existentes nos engenhos, bem como pela exportação do algodão impulsionado pela Guerra de Independência dos Estados Unidos, crescimento da exportação da farinha de mandioca para as províncias da Bahia e Pernambuco, além das exportações de tucum em rama ou fiado, carne, sola, fumo, arroz e gado.⁶⁵

Deste modo, a emancipação da capitania de Sergipe Del Rey, concedida por D. João VI em 08 de julho de 1820 foi resultado da prosperidade econômica vivida nos últimos anos do século XVIII.⁶⁶

No entanto, a emancipação sergipana não agradou aos baianos que se aproveitaram das inquietações provocadas pela Revolução Constitucional do Porto (1820) para desfazer o ato de D. João VI. O governo instalado na Bahia era favorável a Revolução, que visava entre outras coisas, à manutenção dos laços coloniais entre Portugal e o Brasil.

A historiadora Thetis Nunes justifica a importância de Sergipe para a junta rebelde:

Para o governo luso na Bahia, era imprescindível manter o controle sobre o território sergipano, que lhe garantiria o abastecimento de mantimentos, especialmente a carne, às tropas recolonizadoras aquarteladas em Salvador em luta contra os patriotas do Recôncavo.⁶⁷

⁶⁴ Nome pelo qual era chamada a cidade de Salvador, capital da Província da Bahia.

⁶⁵ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, p.27.

⁶⁶ NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820 (1820-1831)* Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978, p.37.

⁶⁷ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, p.51.

A campanha de retorno ao domínio baiano sobre a capitania de Sergipe ganhou a adesão da aristocracia local, pois a maioria dos senhores de engenho e negociantes sergipanos, estava presa por compromissos financeiros aos portugueses residentes em Salvador, por isso não resistiram à anulação da carta régia de D. João VI que estabelecia a independência de Sergipe.

O primeiro governador da capitania de Sergipe Del Rey, Bulamarque tomou posse em 20 de janeiro de 1821 e foi deposto pelas tropas vindas de Salvador no dia 28 do mês seguinte, movimento que teve como base de apoio à povoação de Estância, onde o capitão-mor Guilherme Nabuco defendia a reintegração à Bahia afirmando:

Ninguém quer a independência, senão os que estão no governo ou nele queiram entrar, os taverneiros, e donos das cidades, pois que sejam quais forem às vantagens que se sigam da independência, elas não pagam a metade das liberdades que se perde.⁶⁸

Uma das liberdades que o capitão se refere é justamente à distância do governo central, que favorecia a uma concentração de poderes nas mãos da aristocracia local. A outra, corresponde às liberdades que gozavam o comércio pela ausência de fiscais de rendas nas principais barras de exportação, o que favorecia o contrabando. Uma das primeiras medidas de Bulamarque foi instituir fiscais de impostos de exportação nos portos da Cotinguiba, Estância e Itaporanga, postura que contrariou os interesses dos negociantes locais.⁶⁹

No ensejo de 1822, os interesses da independência nacional confundiram-se com as lutas de emancipação de Sergipe, sendo a Província finalmente emancipada em 1822.⁷⁰

Entretanto, a fragilidade do sistema econômico desenvolvido em Sergipe, criado para fornecer gêneros alimentícios e açúcar para a Bahia, a qual estipulava os preços e os

⁶⁸ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 245.

⁶⁹ NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820 (1820-1831)* Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978, p.41.

⁷⁰ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 256.

comercializava com o mercado externo, aliada a falta de um porto capaz de escoar a produção sergipana, favoreceram a permanência dos laços de dependência com a Bahia, que mesmo com a independência política continuou a exercer seu poder sobre Sergipe, principalmente por meio do controle da navegação e pela posse de crédito.⁷¹

A exportação direta dos produtos sergipanos - que ocorreu temporariamente com o fechamento do porto de Salvador durante a Revolta da Sabinada, em que Sergipe passou a remeter seus produtos diretamente para a Corte,⁷² era uma aspiração das autoridades provinciais, vista como única possibilidade de romper com o monopólio das casas comerciais baianas na compra dos produtos locais, bem como no fornecimento de bens importados e financiamento da produção.⁷³

Todavia, ainda na primeira metade do século XIX, o desenvolvimento da atividade açucareira em Sergipe, atraiu a presença de casas comerciais estrangeiras, que passaram a atuar no mercado sergipano como agências financiadoras tanto da produção açucareira como dos comerciantes locais. Suas atividades estendiam-se a exportação do açúcar e dos produtos locais, além de comercializarem diretamente os produtos importados.⁷⁴

Apesar da conjuntura favorável no início do Oitocentos, a província de Sergipe assistiu na década de 50 a uma das piores crises econômicas do século, devido às sucessivas secas, circulação de moedas falsas em várias cidades que prejudicaram as atividades comerciais, a extinção do tráfico internacional de escravos, forçando a transferência de braços das atividades de subsistência para a lavoura açucareira e à eclosão do *cólera-morbo* que dizimou parte da

⁷¹ ALMEIDA, M. G. S. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.119.

⁷² *Ibidem*, p.82.

⁷³ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro*. Sergipe (1850-1930). Aracaju: FUNCAJU, 2000, p. 43.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 48.

população cativa, bem como a alegação dos senhores escravistas que faltavam braços para a lavoura.⁷⁵

Durante o século XIX, as exportações sergipanas eram principalmente o açúcar, o algodão em rama e em lã, aguardente, couro salgado, coco, milho, sal e lenha, enquanto as importações constituíam-se de tecidos, ferramentas, utilidades do lar, finas iguarias, dentre outros. Conforme observou Passos Subrinho, quase tudo que se importava em Sergipe era proveniente das praças estrangeiras que correspondia a 80% das importações.⁷⁶

Neste cenário, Sergipe permaneceu durante os oitocentos com a economia assentada na agricultura de exportação, sendo registrada no final do século o surgimento de algumas indústrias têxteis.

Assim, a economia sergipana foi durante o período colonial e parte do século XIX moldada sobre os ditames da *plantation*, na qual a produção era realizada nas grandes unidades agrícolas, baseada no trabalho escravo e destinada à exportação, tendo como seu principal mercado a Província da Bahia. Ao lado deste sistema produtivo, desenvolveu-se uma economia voltada para o abastecimento interno, que por sua vez, também utilizava mão-de-obra escrava - a exemplo das lavouras de mandioca - que possibilitou o surgimento de um mercado interno fomentado pelo comércio de mercadorias vindas da Praça Baiana, integrando-se à economia escravista -mercantil.

⁷⁵ ALMEIDA, M. G. S. *Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX)*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976, p. 515.

⁷⁶ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro*. Sergipe (1850-1930). Aracaju: FUNCAJU, 2000, p. 48.

1.3- O florescimento de Estância, a Princesa do Piauitinga

Entretanto, em meio ao processo colonizador, o sucesso do povoamento na região sul da capitania é evidenciado pela criação da Vila de Santa Luzia em 1698 - que englobava o então povoado de Estância; maior produtora de farinha de mandioca e fornecedora do mercado da cidade de Salvador.

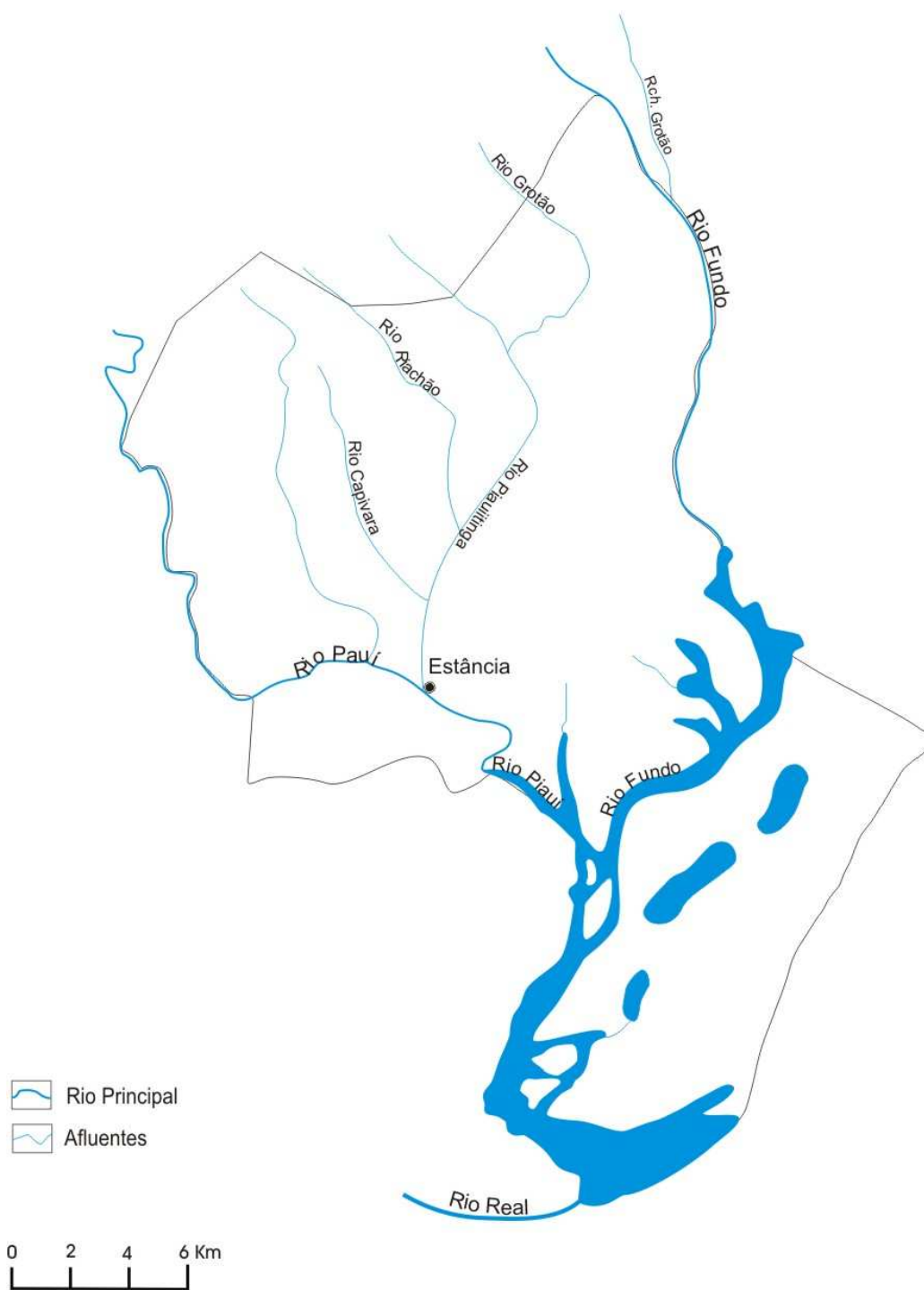
Por carta de sesmaria, datada de 16 de setembro de 1621, o capitão-mor da capitania de Sergipe, João Mendes, fez doação a Pedro Homem da Costa e a Pedro Alves, concunhados, das terras às margens do rio Piauí, na cachoeira que se encontra o citado rio, abrangendo a área em que foi assentada a povoação de Estância, para que estes povoassem o local, cultivassem cana-de-açúcar e instalassem um engenho. Nesta carta, o capitão-mor faz alusão a aquisições anteriores destas terras, inclusive do sogro dos requerentes, que já havia plantado roças e cana.⁷⁷

Segundo Felisbello Freire, a região que engloba a Estância oitocentista, já era motivo de cobiça antes mesmo da efetiva conquista pelos portugueses. Os homens que acompanharam Gaspar Lourenço, por volta de 1575, foram os primeiros edificar moradas junto as correntes do Piauitinga.⁷⁸

⁷⁷ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 408.

⁷⁸ FREIRE, Felisbello. *História territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe. Secretaria de Estado da Cultura/ FUNDEPAN, 1995. p. 30.

FIGURA 02
ESTÂNCIA -SE
HIDROGRAFIA
1820 - 1888



Fonte: DER-SE, 1996
Organização: Sheyla Farias Silva
Digitalização: Hunaldo Lima

Agraciada por um conjunto de flora, fauna, hidrografia e clima ameno, a formosura de Estância foi registrada por vários viajantes. O imperador D. Pedro II, em sua excursão pelas Províncias do Norte (1860), não poupou elogios ao visitar a encantada Estância, que a chamou “Jardim de Sergipe”.⁷⁹

Frente à alavanca açucareira, a povoação de Estância, banhada pelos rios navegáveis Piauí e Piauitinga utilizados para a exportação de açúcar, logo prosperou, tornando-se um importante núcleo urbano e comercial da região.

Com o surgimento da povoação de Estância, junto às águas cristalinas do Rio Piauitinga, a vila de Santa Luzia ficou desolada, pois a população e o comércio migraram para a então povoação. Não tardou para que o pároco, os ouvidores e camaristas também passassem a residir em Estância. Desde o século XVIII, a povoação de Estância dava sinais de prosperidade, em detrimento da vila de Santa Luzia.

[Santa Luzia] teve pouco crescimento, principalmente depois que apareceu a povoação de Estância, para onde concorreu à população e comércio, de forma que era nesse povoado onde se aposentavam os ouvidores quando iam correger aquele Termo, sendo essa razão da mudança que se deu da sede da dita Vila de Santa Luzia para a Estância, no ano de 1831.⁸⁰

Em 1757, a povoação de Estância recebeu concessão para sediar vereações, audiências, arrematações e outros atos judiciais, por nela residir quase toda oficialidade da vila de Santa Luzia (párocos, escrivãos, camaristas etc.) e em 1831 tornou-se Vila Constitucional de Estância.⁸¹

⁷⁹ Diário do Imperador Pedro II na sua visita a Sergipe, em janeiro de 1860. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 21, n. 26b, p. 64-78, 1965.

⁸⁰ TRAVASSOS, Antônio José da Silva. “Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 3, n. 6, p. 92, 1916.

⁸¹ FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 64.

Nesta época a formosa vila de Estância já constituía um centro econômico e cultural da Província. Contava com 706 prédios urbanos que pagavam a décima imperial, enquanto a vila de Santa Luzia, a qual estava subordinada possuía apenas 91.⁸² Situação que colaborou para que em 04 de maio de 1848, Estância fosse elevada à categoria de cidade e em 1833 fosse o berço da imprensa sergipana com jornal o Recopilador Sergipano.

Estância supria as deficiências de produção de gêneros alimentícios e de primeiras necessidades de Santa Luzia, Lagarto e principalmente da capital - São Cristóvão, que muitas vezes se ressentia dos gêneros de primeiras necessidades. Sua produção era calculada em 2000 arrobas de farinha de mandioca, 150000 alqueires de milho, 3000 alqueires de feijão e 1000 alqueires de arroz. Os produtos obtidos nos seus sítios eram o fumo (300 arrobas), o tucum (3000 arrobas), a mamona (2000 alqueires) e o coco (300 milheiros).⁸³

Com a economia pautada na agroexportação de açúcar e no comércio, Estância tornou-se no século XIX, o mais importante centro comercial e populacional da Província, excetuando a capital, São Cristóvão e a partir de 1855 Aracaju,⁸⁴ sendo notória a influência dessa praça sobre as cidades de Lagarto, Santa Luzia, Espírito Santo, Itabaianinha, Simão Dias, Riachão, Boquim, Arauá e algumas cidades baianas.⁸⁵

Distando apenas cinco léguas do mar e contando com uma extensa rede fluvial, formada pelos rios Piauí, Piauitinga e os riachos Guareacema e Indiatuba, Estância se utilizou deles para o fomento do comércio com regiões vizinhas. As sumacas entravam pela barra do rio Real e ancoravam em frente à cidade para escoar os produtos.⁸⁶

⁸² MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986, p. 101.

⁸³ ALMEIDA, Maria da G. “Estrutura da produção de alimentos na Província de Sergipe (1855-1860)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº 27, 1965/1978, p. 21, 1978.

⁸⁴ CASAL, Manoel Aires do. *Corografia Basilica*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p 240.

⁸⁵ Itapicuru, Abadia, além da cidade da Bahia (Salvador).

⁸⁶ ALMEIDA, *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984 p. 26.

Os rios que formavam a barra do rio Real tornaram-se os mais importante e navegáveis de Sergipe no século XIX, apesar do difícil acesso devido às periódicas águas violentas que exigiam conhecimento técnico na arte de navegar. Contudo, ofereciam boas condições de navegação, contavam com largos estuários, bocas escancaradas que permitiam a entrada de barcos que poderiam ir mais longe em busca e na distribuição de produtos.

Aproveitando-se da união dos rios Piauí e Rio Fundo, foi edificado o porto de Estância, localizado no lugar denominado Biriba, distando 12 quilômetros do núcleo urbano. Por este porto entravam pequenas embarcações (sumacas e lanchas) que traziam os produtos a serem comercializados pelos negociantes desta praça. Segundo Laudelino Freire, depois do porto de Aracaju – que escoava a produção de açúcar da região do Cotinguiba, o porto de Estância era o mais comercial da Província de Sergipe.⁸⁷

Gilberto Amado informou que as mercadorias que abasteciam a praça estanciana vinham de Cachoeira da Abadia, vila baiana e destacou a presença de produtos portugueses nas lojas da cidade, “*Barris de vinho, latas de passas, de ameixas, de azeitonas, de azeite doce, de sardinhas, amarrados de cebolas e de batatas do reino, aletria e outros gêneros alimentícios*”.⁸⁸

Essa prosperidade econômica de Estância, a tornou em meados do século XIX um dos núcleos urbanos mais populosos da Província, contando com 3.231 fogos, enquanto São Cristóvão, então capital da Província possuía 3.624 fogos.⁸⁹ O dinamismo econômico da “Princesa do Piauítinga”, a transformou em pólo atrativo da região sul da Província, para onde migravam pessoas de diversas partes em busca do sonho de construir fortunas.

⁸⁷ FREIRE, Laudelino. *Quadro Coreográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H. Garnier Irmãos. 1896, p.29.

⁸⁸ AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p 12.

⁸⁹ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 305.

Ao tomarmos a lista de qualificação de votantes como fonte para analisar as categorias sócio-econômicas, constatamos que na cidade de Estância havia uma diversificada oferta de serviços, o que comprova sua prosperidade.

De acordo com a lista de qualificação de votantes dos anos de 1853 e 1862 da cidade de Estância, percebemos que 7,8% dos homens foram declarados como negociantes, entretanto devemos ressaltar que esta documentação excluía mulheres e os que não alcançassem a renda mínima para votar. Temos ainda o expressivo registro de ofícios ligados às atividades comerciais, como os padeiros, caixeiros, marchantes, barbeiros, serradores, pedreiros, boticários, sapateiros, entre outros.

Quadro 1.1
Estância – Sergipe
1853 e 1862

Categorias Sócio-econômicas dos Votantes

Categorias Profissionais	N.º de casos	%
Alfaiate	65	2,3
Carpina	148	5,3
Estudante	2	0,07
Funcionário Público	35	1,3
Lavrador	1612	58
Militar	1	0,03
Negociante	216	7,8
Ofícios mecânicos e artesanato ¹	198	7,1
Pescador	191	6,8
Profissionais Liberais ²	38	1,3
Proprietário agrícola	68	2,5
Trabalhadores do comércio ³	18	0,6
Trabalhadores do engenho ⁴	34	1,2
Trabalhadores do transporte ⁵	121	4,4
Vaqueiro	13	0,5
Vigário	16	0,7
Total	2776	100

Fonte: Lista de Qualificação de Votantes de Estância (1853 e 1862) – Arquivo Público do Estado de Sergipe.

1 Carpinteiro, ferreiro, funileiro, marceneiro, oleiro, ouvires, pedreiro, serrador, seleiro, sapateiro, fogueteiro;

2 Advogado, professor, médico, boticário, músico;

3 Padeiro, caixeiro, marchante, barbeiro;

4 Caldeiro, caldeireiro, mestre do açúcar, purgador;

5 Embarcado, embarcador, armador, marinheiro, marítimo, passador, tanoeiro, carreiro, calafate,

A proximidade com o rio Real possibilitou o contato com o mercado baiano, que aliado com a necessidade de dominar as técnicas de navegar e com a vocação mercantil, justifica a presença de homens em ocupações ligadas à navegação. Segundo as listas mencionadas, foram registradas as profissões de embarcado, embarcador, armador, marinheiro, marítimo, passado, piloto, tanoeiro e calafate correspondendo a 4,2% das profissões dos votantes. Entretanto, alguns negociantes estancianos interessados em efetuar as compras de mercadorias diretamente com os fornecedores, que em geral residiam na praça da cidade da Bahia, tornaram-se proprietários de embarcações, evitando assim as especulações dos atravessadores, ao tempo que se tornavam negociantes de grosso trato, revendendo parte das mercadorias e aumentando seus lucros.

Entre os negociantes inventariados da cidade de Estância eram proprietários de embarcações: José da Costa Lisboa,⁹⁰ português, negociante, mestre e dono da Sumanca Amizade; José Daniel de Magalhães,⁹¹ negociante, mestre e dono do Lanchão São José; Modesto dos Santos Ferreira⁹² e Jecundino Vicente de Souza, negociantes e donos do Hiato Nacional Olinda; Joaquim Ferreira da Costa e Antonio José Vieira,⁹³ negociantes e donos da Sumanca Correio de Estância. Outros eram donos de pequenas embarcações, próprias para navegação nos riachos, utilizadas para transportar suas mercadorias para locais fora do núcleo urbano de Estância, entre estes estão: Jerônimo Antonio Mascarenhas,⁹⁴ dono de uma canoa grande que já foi a vapor, de uma canoa pequena e de outra que assistia a que foi a vapor e Antonio José Ribeiro⁹⁵ sócio da metade da embarcação chamada de Rozarinho.

⁹⁰ AGJES - Inventário n.º 02 caixa 62 Cartório do 2º Ofício de Estância – 1862.

⁹¹ AGJES - Inventário n.º 03 caixa 56 Cartório do 2º Ofício de Estância – 1858.

⁹² AGJES – Inventário n.º 03 caixa 74-A Cartório do 2º Ofício de Estância – 1878.

⁹³ AGJES - Salvados Marítimos n.º 01 caixa 01 Cartório do 2º Ofício de Estância – 1853.

⁹⁴ AGJES - Inventário n.º 18 caixa 78 Cartório do 2º Ofício de Estância – 1886.

⁹⁵ AGJES - Inventário n.º 08 caixa 14 Cartório do 2º Ofício de Estância – 1823.

Pelo porto estanciano exportavam-se dezessete artigos diferentes, contudo, mais de 85% do valor da exportação obtinham-se com açúcar, produzido nos sessenta e cinco engenhos da cidade, pelo qual era permutada a mercadoria vinda da praça baiana.⁹⁶

Em suma, foi neste cenário que a Estância oitocentista tornou-se o maior núcleo urbano da região sul, como também um grande centro açucareiro e comercial, caracterizado pela constante presença de dívidas ativas, compostas por contas-correntes, letras e créditos pessoais, conquistando assim certa autonomia econômica frente a capital administrativa da Província. Portanto, Estância refletia as características dominantes na economia do Brasil do século XIX.

1.4 - Mercadores na Estância Escravista

De acordo com a carta régia de 08 de maio de 1705, a palavra mercador se aplicava “*somente as pessoas que assistiam em lojas abertas, vendendo, medindo e passando ao povo qualquer gênero de mercadoria.*”⁹⁷ Então em que categoria enquadrar-se-iam os vendedores ambulantes, os financistas, os comerciantes de grosso trato e os homens de negócio?

Com a criação da Mesa do Bem Comum dos Mercadores (1757), foi oficializada a divisão entre homens de negócio - grandes comerciantes e financistas, os negociantes de grosso trato (atacadistas) e os mercadores de loja.⁹⁸

⁹⁶ ALMEIDA, M. G. S. *Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX)*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976, p. 494.

⁹⁷ BOXER, A *Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1969, p.132.

⁹⁸ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. “Problemas de vocábulo social”. In: *Os homens de negócio de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 615 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Economia Históricas) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995, p.71.

Segundo Jorge Pedreira, eram considerados negociantes, durante o século XIX, todos aqueles que exercessem atividades econômicas ligadas ao comércio de grosso trato à indústria, de finanças a bancos, incluindo os agricultores voltados ao comércio dos gêneros produzidos.

Para este estudo, adotamos o conceito de Kátia Mattoso que considerou como homem de negócios “*aquele que exerce a profissão de negociante qualquer seja o vulto de seus negócios*”,⁹⁹ sejam eles capitalistas – aqueles que emprestavam dinheiro a juros, a risco ou em letras; donos de lojas de grosso trato, retalhistas ou ambulantes, atravessadores, ou seja, todos aqueles que fossem agentes de relações mercantis.

Desde o *medievo* que a profissão de mercador era vista como inferior, carregando em si o estigma de que era exercida por parasitas e aproveitadores dispostos a enriquecer as custas dos mais pobres.¹⁰⁰ Em Portugal, a figura dos homens de negócios estava associada aos cristão-novos (judeus), que se dedicavam ao comércio e ao empréstimo de dinheiro a juros, práticas então condenadas pela Igreja Católica. Assim o argumento religioso reforçou o preconceito para com os negociantes.¹⁰¹

O desprezo pelo comerciante e pela sua profissão estava profundamente enraizado na sociedade portuguesa e tinha suas raízes na hierarquia medieval cristã, que colocava o mercador mais abaixo na escala social do que os praticantes das sete artes mecânicas: camponeses, caçadores, soldados, marinheiros, cirurgiões, tecelões e ferreiros.¹⁰²

⁹⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 248.

¹⁰⁰ BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1969, p. 129.

¹⁰¹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.29.

¹⁰² BOXER, C. R. A. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1969, p.353.

Entretanto, por mais desprezível que fosse a atividade mercantil, esta não deixou de ser praticada por aqueles desprovidos de maiores recursos financeiros e desejassem ingressar no mundo das riquezas.¹⁰³

Durante os primeiros séculos da colonização esse preconceito contra a atividade mercantil e o trabalho manual foi trasladado de Portugal para o Brasil.¹⁰⁴

Aliado a este preconceito, havia outro nas terras tupiniquins que dizia respeito ao exercício da atividade mercantil pelos naturais da terra. Atitude que gerou inúmeros conflitos a exemplo da Guerra dos Mascates em Pernambuco (1710) apesar de oficialmente, os negociantes naturais do Brasil não sofrerem nenhuma restrição.

Foi observado por Russel-Wood, que devido à crise na economia açucareira no final do século XVII, a Santa Casa de Misericórdia da cidade da Bahia passou por dificuldades financeiras, sendo os compromissos da entidade assumidos por homens de negócio. Contudo, mesmo estando a açurocracia baiana falida, seus membros não estavam dispostos a renunciar aos cargos desta entidade, tampouco de repartir seu espaço com uma classe emergente, assim:

A posição de homem de negócios era ambígua e difícil no império português ultramarino. Era desprezado pela população como cristão-novo, mas apoiado pela Coroa como meio de prover os cofres reais. O sucesso financeiro precedeu a aceitação social.¹⁰⁵

O preconceito contra a profissão de comerciantes começaram a diminuir com as reformas pombalinas que buscaram associar os homens de negócio do Reino à sociedade, a fim de criar uma burguesia nacional que promovesse a prosperidade da nação.

¹⁰³ BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1969, p. 129.

¹⁰⁴ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed., Porto Alegre: Globo, 1979, p. 129.

¹⁰⁵ RUSSEL-WOOD, A. J. L. *Fidalgos e Filantropos*. Brasília: Editora da UNB, 1981. p. 92.

Em sua política ilustrada, Pombal percebeu que sem a cooperação dos negociantes para promover o desenvolvimento do comércio colonial seria inviável a maximização das potencialidades dos produtos tropicais fornecidos pelas colônias, o que prejudicaria seu propósito de reestruturar a economia lusitana e fomentar as manufaturas. Desde modo, logo tratou de integrar os homens de negócios do Reino à sociedade, por meio da distribuição de honrarias e ao considerar o comércio como “elemento da felicidade do Reino, e as mãos e braços do corpo político”.¹⁰⁶

Desde então o comerciante era declarado “profissão nobre, necessária e proveitosa”, e gradativamente foi diminuindo o preconceito contra os negociantes, possibilitando a penetração deste estrato social nas “altas rodas” da sociedade brasileiras.

Stuart Schwartz em seu estudo sobre a economia colonial, em especial a economia açucareira da Bahia, ressaltou a importância dos comerciantes para a estrutura sócio-econômica do Brasil-colônia, na medida em que concediam empréstimos aos senhores de engenhos e lavradores de cana, a fim de instalarem e operarem seus engenhos, além de fornecerem produtos importados sob a forma de conta aberta.¹⁰⁷

Júnia Furtado observou que na sociedade mineradora setecentista, o desenvolvimento das atividades mercantis favoreceu tanto a Coroa quanto aos negociantes. A Coroa utilizou-se desta atividade para realizar a ocupação do interior de maneira não onerosa aos seus cofres, bem como para aumentar a arrecadação tributária e divulgar os valores metropolitanos a um universo

¹⁰⁶ FALCON, Francisco J. C. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982. p. 450.

¹⁰⁷ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 182.

desconhecido, deste modo o comércio foi tido como modo de interiorização da metrópole na colônia.¹⁰⁸

Já para os negociantes, desbravadores do interior mineiro, o sucesso da atividade mercantil permitiu-lhes a construção de uma complexa rede de dependência e proteção em torno de si, que uma vez enriquecidos, aos poucos consolidaram seu poder e influência, o que pode ser comprovada com a ocupação de cargos e patentes nesta sociedade.¹⁰⁹

Conforme ressaltou Sheila de Castro Faria, a riqueza era premiada com patentes civis, militares e eclesiásticas.¹¹⁰ Em Estância alguns negociantes abastados possuíam patentes militares e cargos políticos, as mais freqüentes eram: major, capitão, tenente, subtenente, tenente-coronel, comendador e vereador. Entre os negociantes inventariados está Domingos José Custódio de Matos, representante dos interesses dos negociantes na Câmara de vereadores da cidade de Estância.¹¹¹

O comércio constituía-se na atividade preferida pelos forasteiros, principalmente daqueles que atravessavam o Atlântico em busca de construir uma sólida fortuna no Brasil, como é o caso dos portugueses.

A historiografia econômica brasileira demonstrou o predomínio dos portugueses neste ramo econômico, o que não pode ser configurado como monopólio deste grupo sobre este ofício. Os viajantes que percorreram o Brasil durante o século XIX também deram conta desta nuance da economia colonial. A presença de estrangeiros, em especial de portugueses, no exercício de atividades mercantis não escapou aos olhos do viajante oitocentista Souza:

¹⁰⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 46.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 52.

¹¹⁰ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 114.

¹¹¹ Recopilador Sergipano, Estância, 11 de novembro de 1833, p. 4.

O comércio é vantajoso aos negociantes, que alguns há ricos e quase todos os empregados nele são portugueses, no que são felicíssimos, apesar de virem para ali na última indigência, onde principiando com pequenos abonos a mascatear miçangas, canivetes, carapuças, tesouras, dedais e outras semelhantes bugigangas, como o que, valendo-se da generosidade dos brasileiros que lhes franquearam gratuitamente quanto é preciso para a subsistência.¹¹²

Em Estância, no período estudado foram inventariados treze negociantes cuja nacionalidade era portuguesa. Estes homens provenientes de Lisboa, Porto e outras regiões da metrópole, vieram do além-mar a fim de construir fortunas. Dedicaram-se a comercialização de tecidos, ferramentas, gêneros alimentícios e ao empréstimo a juros.

Alguns obtiveram êxito como o Antonio Martins de Oliveira Sousa Bandeira,¹¹³ não sabemos ao certo os reais motivos que o fizeram sair de Portugal e estabelecer-se em Estância, nem quando chegou à cidade, entretanto seu inventário atesta uma sólida fortuna, composta por quatro escravos, alguns bens rurais e uma casa na zona urbana, onde residia e funcionava sua loja, alguns animais, poucos móveis, um sortido estoque de tecidos e outras miudezas, além da presença de dívidas ativas nas mãos de 97 pessoas.

A vocação mercantil de Estância foi evidenciada através do seu precoce desenvolvimento frente à vila de Santa Luzia, dos relatos dos viajantes, das manchetes dos jornais e através dos balancetes das casas comerciais, os quais comprovaram que o comércio era o pilar da economia estanciana. Dos 750 inventários *post-mortem* consultados, no período de 1820 a 1888, 75 pertenciam a pessoas que tinham no comércio sua principal fonte de renda. Essas pessoas exerciam várias atividades, alguns eram grandes financistas, outros donos de lojas abertas, outros, eram retalhistas, outros ainda ambulantes. Para visualizarmos o perfil dos

¹¹² SOUZA, Antonio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000, p. 142.

¹¹³ AGJES - Inventário n.º 03 caixa 37 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1847.

negociantes estancianos, classificamo-los em três grupos de acordo com o ramo de negócio exercido, tais como: pequenos, médios e grandes negociantes.

O primeiro grupo corresponde a 36% dos negociantes inventariados, sendo composto por pequenos comerciantes, que em sua maioria eram vendeiros, mascates e pequenos lojistas. Para ramificar seus negócios e atingir um maior mercado consumidor, em especial os menos afortunados, estes negociantes procuravam vender de tudo, geralmente suas mercadorias eram de baixo custo e utilizavam-se ainda das vendas a crédito. Por serem donos de poucos recursos financeiros possuíam pequenas quantidades de mercadorias no estoque e poucos eram proprietários de lojas, escravos e bens de raiz.

Alguns, como os ambulantes, contavam apenas com os animais para ajudá-los no transporte das mercadorias. Os animais, em especial os burros eram os principais veículos para o escoamento das safras e das mercadorias e para o abastecimento das fazendas e cidades. *“Carregadas de produtos de exportação ou de gêneros de subsistência, as tropas de burros percorreram ativamente o país durante todo o século XIX”*.¹¹⁴

Nesta categoria temos a presença do comércio clandestino, no qual alguns negociantes sejam por falta de recursos financeiros ou para fugir dos impostos, não fixaram loja e ofereciam gêneros mais baratos, contudo seus lucros ficavam comprometidos devido à concorrência.¹¹⁵

Em sua infância Gilberto Amado observou que as quitadeiras amontoavam-se no Largo do Rosário, nas portas das lojas comerciais da Estância vendendo seus quitutes e outras especiarias.¹¹⁶

¹¹⁴ FRANCO, M. Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4.ed. São Paulo: Editora da Unesp. 1997, p.66.

¹¹⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. Rev. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.75.

¹¹⁶ AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p 32.

O desejo de tornar-se afortunado motivou o comerciante português Joaquim Leite Ribeiro,¹¹⁷ a deixar sua família em Portugal e vir a Estância para construir uma fortuna. Entretanto, conforme demonstrou o arrolamento de seus bens isto não foi o que ocorreu. Joaquim era um típico ambulante, não possuía imóveis, seus bens restringia-se à posse de dois escravos, um cavalo, alguns créditos oriundos das vendas que somavam 324\$060, dezenove mil e oitocentos réis em dinheiro e vinte e quatro mil e seiscentos e quarenta réis em tecidos baratos, a saber: chitas, ceroulas, camisas de madraço, jaquetas de cetineta, calças de brim, toalhas de mãos e de mesa, lenços de seda, suspensórios, franhas de Bretanha e camisas de linho, alguns poucos móveis que atestam uma vida de intenso movimento, escrivanina, canapé, cadeiras, cama de vento, gamela, mesa, balança, botas, garrafão e baús, somando uma pequena fortuna de 1:293\$940.

Objetivando atrair os mais pobres, alguns negociantes dedicavam-se a venda de artigos usados, velhos ou com defeitos. Foram encontrados seis negociantes que declaravam em seu estoque a presença de mercadorias usadas ou com defeitos, entre elas estavam chapéus e ferramentas, que conforme suas justificativas ainda poderiam ser ainda utilizados.

Entre os negociantes que atuavam neste ramo, destacamos Manuel de Castro Martins, natural da freguesia de Santa Cruz na cidade do Porto, não possuía parentes no Brasil, escravos, bens de raiz, móveis, animais. Sua fortuna, avaliada em 67\$160 era composta pelas dívidas ativas provenientes das vendas feitas a “fé de crédito” a quatorze pessoas e as suas mercadorias, entre elas chalés, chitas, lenços, pano da costa, zanga, e chapéus usados, mas em condições de uso.¹¹⁸

O segundo grupo, era formado por negociantes de grosso trato (atacadistas), os donos de lojas abertas (varejistas), que também eram usurários e representam 39% dos negociantes inventariados em Estância. Estes homens conseguiram construir uma sólida fortuna com base

¹¹⁷ AGJES - Inventário n.º 07 caixa 29 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1841.

¹¹⁸ AGJES - Inventário n.º 02 caixa 28 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1840.

mercantil, eram donos de imóveis urbanos, móveis, escravos que o auxiliavam nas tarefas da loja, além de ostentarem poder através do crédito.

O comércio atacadista estanciano é dominado por quinze grandes negociantes, que compram suas mercadorias na Praça baiana para vendê-las aos retalhistas estancianos, bem como a negociantes de outras praças da Província, conforme demonstram os balancetes de suas lojas. Estes traficantes, também se constituíam grandes financistas, na medida que mesmo emprestando pequenas quantias, conseguiam atingir vários segmentos sociais, entre eles, escravos, trabalhadores dos engenhos, outros negociantes e pessoas menos afortunadas. Antonio Moniz, ao observar o comércio estanciano concluiu que “*é melhor ser traficante ali do que cavar ouro*”,¹¹⁹ pois os estes negociantes compravam as mercadorias na praça baiana e revendiam em Estância por preços exorbitantes.

No inventário do atacadista Domingos José de Lima foram arrolados 168 itens diferentes, entre eles: fazendas, ferramentas, alimentos, utensílios para o lar, molhados e outros que correspondiam a 11:141\$300. Dos 659 credores estão caixeiros de outros negociantes, capitães, escravos, índios, marceneiros, soldados, padre e lavradores que juntos somam uma dívida de 21:745\$359.¹²⁰

Percebemos que neste grupo os negociantes se especializavam na venda dos artigos, alguns se dedicavam à venda de tecidos, outros a de artigos de luxo, outros objetos de menor porte e miudezas ou vendiam secos e molhados - alimentos e bebidas, utensílio para o lar.

Assim como foi observado por Júnia Furtado para Minas Gerais setecentista, verificamos que na Estância oitocentista os homens de negócios mesclavam suas atividades em

¹¹⁹ SOUZA, Antonio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000, p. 72.

¹²⁰ AGJES - Inventário n.º 09 caixa 55 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1858.

diferentes ramos do comércio. Possuíam lojas, tornavam-se financiadores de comerciantes de pequeno porte e de volantes, enfim misturavam o capital mercantil ao usurário.¹²¹

O terceiro grupo, que representa 25% dos negociantes inventariados, era composto por homens de negócios que não tiveram mercadorias arroladas nos seus inventários, mas tinha no capital usurário sua principal fonte de renda. Nos inventários as dívidas ativas representavam a maior parte das fortunas, estes geralmente emprestavam dinheiro a pessoas importantes da sociedade estanciana, dentre elas outros negociantes, senhores de engenho, membros da aristocracia e clérigos. Destes, alguns até abandonaram as atividades em lojas abertas, adquiriram bens rurais e exerciam o papel de financistas concomitantemente com as atividades agrárias a exemplo de José Joaquim Teixeira Pinto, negociante português residente em Estância, que entre os seus bens estavam uma armação de loja e bancas deixadas na sua casa localizada no centro comercial de Estância, 27\$820 em dinheiro, um sítio e 15:285\$768 nas mãos de 29 pessoas.

Diante deste panorama econômico do Brasil oitocentista, estudaremos a vida material dos negociantes estancianos, através do estudo da composição de suas fortunas, a fim de percebermos as tendências da economia estanciana frente ao contexto nacional.

¹²¹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p 240.